

## **AGRICULTURA E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO MARANHÃO**

*Teresinha de Jesus dos Santos Sousa<sup>1</sup>*

*1-Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Clóvis Moura, Teresina (PI), email: t-conrado@hotmail.com*

*Artigo recebido em 25/02/2015 e aceito em 09/08/2015*

### **RESUMO**

Este estudo contextualiza a trajetória da agricultura no Maranhão e suas implicações para a organização espacial do estado. Adotou-se como metodologia a revisão bibliográfica relacionando aspectos do desenvolvimento da agricultura no estado em questão às políticas territoriais implementadas em âmbito regional e nacional e às alterações na organização do espaço. Da sistematização dos estudos compreendeu-se que a agricultura maranhense moldou-se aos interesses mercantilistas impostos pela coroa portuguesa no transcurso da colonização aos anos 1930-40, para, a partir daí, inserir-se no processo de integração nacional. Dos anos 1970 em diante, incorporou-se ao mercado nacional, por meio de subsídios governamentais às grandes empresas agropecuárias em detrimento da pequena produção. A flexibilização do Estado brasileiro em direção aos novos usos políticos do território e suas novas formas e conteúdos territoriais, conduziram à adoção de políticas públicas desde os anos de 1990, na perspectiva de valorizar a dimensão territorial do desenvolvimento rural. No decorrer do período focado neste estudo, o Maranhão assumiu diferentes posições na divisão internacional e territorial do trabalho resultando numa reestruturação da produção agrícola com o surgimento de novos espaços nesse setor e modificações nas relações de trabalho e nas relações campo-cidade que refletiram na organização espacial do estado.

**Palavras-chave:** Modernização da agricultura; Políticas públicas; Organização espacial do Maranhão.

### **AGRICULTURE AND ORGANIZATION OF SPACE MARANHÃO**

#### **ABSTRACT**

This study contextualizes the trajectory of agriculture in Maranhão and its implications for the spatial organization of the state. It was adopted as the methodology literature review relating aspects of the development of agriculture in the state in question to territorial policies implemented at regional and national level and changes in the organization of space. The systematization of the studies it was understood that the Maranhão agriculture has shaped up to mercantilist interests imposed by the Portuguese crown in the course of the years 1930-40 colonization, for, from there, to be part of the process of national integration. 1970s onwards, became part of the national market, through government subsidies to large corporate farms at the expense of small production. The flexibility of the Brazilian state towards new political uses of the territory and its new forms and territorial content, led to the adoption of public policies since the 1990s, with a view to enhance the territorial dimension of rural development. During the period focused on in this study, Maranhão took different positions in international and territorial division of labor resulting in a restructuring of agricultural production with the emergence of new spaces in this sector and changes in labor relations and relations field-city that reflected in the organization state of the space.

**KEY WORDS:** Modernization of agriculture; Public policy; spatial organization of Maranhão.

## INTRODUÇÃO

O processo de ocupação do atual estado do Maranhão inicia no período colonial, tendo por direcionamento o desenvolvimento de atividades agropecuárias. Dada sua inserção na lógica mercantil, em decorrência da expansão do moderno sistema mundial, e, considerando a sua posição na divisão internacional do trabalho, a dinâmica da economia maranhense integra-se ao modelo agroexportador até o início do século XX.

Durante esse período de fraca integração econômica com outros complexos regionais brasileiros, o Maranhão ocupa lugar marginal no mercado externo. A produção de gêneros primários como o algodão, o arroz e o extrativismo do babaçu, vive períodos de ascensão e declínio graças aos “estímulos” propiciados pelos tradicionais abastecedores do mercado mundial.

A partir dos anos 1930, o estado integra-se à economia nacional como fornecedor de gêneros agrícolas de baixo valor comercial, ressentindo-se da falta de condições para redefinir seu papel face à perspectiva de acumulação interna de capitais. Enquanto isso, a produção para o mercado local e regional é pautada pela agricultura de subsistência com base na força de trabalho familiar.

No contexto da modernização da agricultura, a partir da década de 1970, o Maranhão incorpora-se ao mercado nacional, por meio de subsídios governamentais concedidos às grandes empresas agropecuárias, os quais provocam efeitos pontuais em poucos setores da agroindústria em detrimento da pequena produção. Assim, frente aos desafios impostos pelo modo capitalista de produção, que se generaliza no campo, o estado tem respondido de modo negativo visto que o capital produtivo, vinculado às grandes empresas aqui instaladas, não altera qualitativamente sua estrutura produtiva.

Considerando esse quadro, o presente estudo objetiva contextualizar as modificações ocorridas na agricultura maranhense desde os momentos iniciais da sua formação, relacionando-as às implicações para organização do espaço.

Para tanto, inicialmente retrata a evolução da economia agroexportadora e a desarticulação do sistema de *plantation* do Maranhão realçando sua posição na divisão territorial do trabalho. Em seguida, enfoca a inserção do Maranhão no processo de modernização da agricultura, evidenciando que a ação do capital no campo se faz de forma diferenciada - em determinadas regiões, tem resultado no desenvolvimento de formas capitalistas de produção sustentadas na mecanização do campo e na potencialidade do mercado; noutras, prevalecem técnicas arcaicas de cultivo – ocasionando transformações espaciais relacionadas à reestruturação da produção.

Por fim, apresenta breve discussão acerca das políticas agrícolas adotadas no estado do Maranhão desde os anos 1990 - seguindo uma tendência nacional - na perspectiva de reorientar o desenvolvimento rural a partir da abordagem territorial.

## **ECONOMIA AGROEXPORTADORA E DESARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE PLANTATION DO MARANHÃO: O ESTADO NA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO**

De modo semelhante ao restante do território brasileiro, desde o século XVI, o Maranhão é inserido na lógica mercantil, em decorrência da expansão do moderno sistema mundial. Seu processo de ocupação tem por base o cultivo de produtos agrícolas para exportação como o arroz, a cana-de-açúcar e o algodão, de modo a atender ao propósito da colonização – intensificar o processo de acumulação de capitais em curso na metrópole.

Assim, submetido às políticas territoriais, no contexto mercantilista, desde os primórdios do período colonial, o estado se insere na estratégia geopolítica de ocupação do Brasil empreendida pela coroa portuguesa a partir de 1534. Contudo, sua ocupação se dá efetivamente no final do século XVI (1594) pelos franceses que ali fundam uma feitoria e passam a explorar economicamente o território (FERREIRA A, 2008).

No início do século XVII (1612) os portugueses retomam a capitania do Maranhão passando a estabelecer domínio e administração sobre seu território (1616). Missões jesuítas, entradas, bandeiras e ações políticas territoriais, a partir da introdução do gado bovino e da instalação de engenhos de açúcar, marcam esse período. Merecem relevância, como infere Maluf (1977), as atividades da Companhia de Jesus e as da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão – criada em 1755 (HOLANDA, 2008), tendo à frente o Marquês de Pombal.

Maluf (1977) aponta que o período pombalino é considerado, por vários motivos, o primeiro marco na evolução da economia maranhense, assumindo diversas responsabilidades: i) expulsão dos jesuítas; ii) financiamento das culturas de arroz, algodão e cana-de-açúcar e da criação de gado e, iii) aumento das exportações de algodão, peles e arroz (FERREIRA A, 2008).

A conjuntura externa mostra-se favorável a esses acontecimentos, pois: i) a Guerra da Independência abala a posição dos Estados Unidos como um dos principais fornecedores de algodão; ii) o dinamismo do mercado de algodão graças à Revolução Industrial em curso na Inglaterra tem por base o indústria têxtil e, iii) a ausência de pactos coloniais para abastecimento do mercado europeu de arroz constitui estímulo para o cultivo deste produto no Maranhão -

fatores que explicam a dinâmica da agricultura na economia maranhense da segunda metade do século XVIII até as primeiras décadas do século XIX (MALUF, 1977) viabilizando a inserção do estado na divisão internacional do trabalho, como destaca Holanda (2008, p. 10):

*(...) o Maranhão chega a viver um surto de euforia, em face da janela de oportunidades criada pela momentânea desarticulação das exportações de algodão e arroz dos EUA para a Europa ocorrida em função do processo de independência daquele país, e também em face das dificuldades enfrentadas pelas colônias francesas durante a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas. A primeira metade do século XIX foi marcada, no Maranhão, por um avanço simultâneo das plantations de algodão e cana-de-açúcar, que condicionaram fortemente a ocupação das regiões leste e central do Estado.*

Enquanto a política econômica objetiva implantar e desenvolver produções agrícolas voltadas para exportação, o cultivo dos produtos de subsistência fica a cargo de pequenos agricultores que, em troca de alguns serviços e de parte da produção, são autorizados a cultivar em reduzidos espaços no interior das grandes propriedades.

Prado Júnior (1994) refere-se a dois setores de produção na economia brasileira neste período: i) o dos grandes produtos de exportação, conformando uma economia de exportação e, ii) o das atividades acessórias, que inclui uma pequena agricultura de subsistência e uma pecuária destinada a satisfazer as necessidades alimentares da população, caracterizando uma economia de subsistência. Para esse autor, pertence ao segundo setor, um núcleo secundário de fazendas de gado no Maranhão, localizadas ao longo do rio Itapecuru.

O cultivo do algodão, por sua vez, favorece à interiorização do povoamento no Maranhão, graças à melhor adaptação do produto à aridez climática e ao caráter predatório da atividade, que necessita da incorporação de novas terras (MALUF, 1977). São assim justificadas as várias iniciativas da coroa portuguesa voltadas para a ocupação do território, domínio dos indígenas e exploração econômica. Dentre elas, as missões empreendidas na primeira metade do século XVIII (1741) em direção aos sertões do sul, como a de Aldeias Altas<sup>1</sup>.

*(...) é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da economia da colônia. O algodão dar-lhe-á vida e transformá-la-á, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitânicas. Deveu-se isto em particular à Companhia Geral do Comércio do Grão Pará e do Maranhão [...]. É esta companhia que fornecerá créditos,*

---

<sup>1</sup>Localizada na porção mais oriental da capitania, no vale do rio Itapecuru destaca-se pelo cultivo do algodão, chegando a tornar-se o principal centro algodoeiro da região na primeira metade do século XIX. Correspondente à atual Caxias, (FERREIRA A, 2008).

*escravos e ferramentas aos lavradores; que os estimulará a se dedicarem ao algodão, cuja favorável conjuntura começava a se delinear [...] (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 82).*

Considerando a evolução econômica do Maranhão, do período colonial aos primórdios da Independência, diversos aspectos podem ser enfatizados, em conformidade com Maluf (1977): i) a instalação de grandes explorações agrícolas voltadas para a exportação, em obediência ao sentido geral da colonização empreendida no Brasil pelos portugueses; ii) a fraca integração regional, exceto através da pecuária; iii) a estreita vinculação às metrópoles europeias em termos de abastecimento e destino da produção; iv) o papel de fornecedor marginal, cujo desempenho econômico no mercado externo depende das “brechas”<sup>2</sup> proporcionadas pelos fornecedores tradicionais e dos estímulos do capitalismo; v) o fornecimento de produtos primários e as relações de produção em consonância com a constituição e expansão do capitalismo; vi) a crescente descapitalização das atividades agrícolas e, vii) a ausência de dinâmica econômica regional.

Em suma, é desse modo que o Maranhão se insere na divisão interna do trabalho. Os aspectos anteriormente mencionados indicam a incapacidade do estado de acumular capitais na perspectiva de uma economia nacional norteada pelo capital industrial. Às atividades produtivas, assentadas em bases econômicas tradicionais, corresponde um aspecto infraestrutural cujos equipamentos instalados dizem respeito a essa realidade econômico-espacial temporal. A expansão do povoamento no litoral irradiando-se para o leste do estado e a internalização da pecuária de caráter itinerante respondem pela interiorização da ocupação e organização do espaço.

A segunda metade do século XIX corresponde a um período de retrocesso econômico no Maranhão, cujo progressivo declínio conduz a uma quase total desarticulação do sistema produtivo. Vários fatores justificam esta situação: i) retomada das exportações de algodão pelos Estados Unidos; ii) melhor adaptação do produto em outras regiões do Brasil e, iii) diminuição da produção do arroz em função dos obstáculos relacionados à interiorização da atividade (MALUF, 1977).

Como afirma Holanda (2008, p.11): “A normalização da situação política européia e a volta dos EUA como exportador de algodão e arroz, a partir da terceira década do século XIX, trazem os primeiros sinais de decadência, que serão acentuados após a extinção do tráfico

---

<sup>2</sup>Termo utilizado por Maluf (1977) ao se referir aos momentos de retração econômica dos fornecedores tradicionais de produtos agrícolas para o mercado mundial – ex. Estados Unidos – oportunizando participação do Maranhão na divisão internacional do trabalho.

internacional de escravos”. Ou seja, a expansão econômica vivida pelo Maranhão entre 1760 e 1820 perde ímpeto, graças à ausência de condições condizentes com uma acumulação e reprodução ampliada do capital, de modo diversificado e apoiado em processos inovadores, além da base produtiva escravista e do monopólio externo. Ocorre, então, breve surto de prosperidade nas exportações de arroz, algodão e cana de açúcar para o mercado internacional com a “brecha” proporcionada pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1865-70).

No contexto econômico retratado, a manutenção da agricultura maranhense em grandes propriedades se mostra inviável pelos seguintes motivos (MALUF, 1977): i) abolição da escravatura não compensada pelas políticas imigratórias viabilizadas pelo Estado, tampouco pelo trabalho livre, diferentemente do que ocorre em outras regiões do país; ii) descapitalização das atividades agrárias voltadas para exportação; iii) inexistência de força de trabalho passível de exploração em conformidade com o nível de acumulação de capitais; iv) possibilidades de sobrevivência da população em função, principalmente, da abundância de terras; v) fuga de capitais motivada pelo decréscimo dos rendimentos proporcionados pela cotonicultura.

Dentre estes fatores, a abolição da escravatura é relevante para o processo de parcelamento das grandes lavouras e para a penetração de pequenos lavradores, então dedicados à produção do arroz, no interior do Maranhão. Esta situação assume maiores proporções por se tratar de uma região de fronteira com insuficiente acumulação de capitais e sem o favorecimento de um mercado de trabalho (MALUF, 1977).

O Maranhão chega ao final do século XIX com sua economia estagnada, podendo-se observar as seguintes situações: i) a persistência da produção do algodão graças à implantação de um parque têxtil no estado - entretanto, dada a incipiência do mercado regional e a forte concorrência da região Sudeste, gradativamente, a cotonicultura assume papel secundário e caráter marginal na economia maranhense; ii) a produção do arroz, concorrente com a dos países europeus, tem sua exportação inviabilizada. Além disso, procedente cada vez mais de pequenos produtores, enfrenta dificuldades relativas ao transporte, restringindo-se ao abastecimento do mercado interno; e, iii) a cana-de-açúcar, de qualidade inferior à das demais regiões, não adquire notabilidade.

A pecuária, praticada de modo extensivo no interior do território e pouco exigente de mão-de-obra, interliga o Maranhão ao restante do país neste final de século. A incapacidade dinâmica do estado, moldada pela economia colonial e pela forma como se dá sua participação na divisão interna do trabalho, não lhe confere condições para sedimentar atividades que

potencializem uma redefinição dos rumos de sua evolução, na perspectiva da acumulação interna de capital que se estabelece no país.

Todavia, nessa direção, Assunção (2000) indica a existência de um setor da economia colonial constituído de um mosaico de unidades de produção orientado para o mercado interno: fazendas escravistas; unidades camponesas que utilizam ou não o trabalho escravo e estâncias que utilizam o trabalho livre. Essas unidades se integram de variados modos na economia, ora produzindo para a auto-subsistência, ora para o mercado interno e, não raro, para a exportação. No caso do Maranhão, o referido autor (2000, p. 33) infere que:

*[...] deparamo-nos com fazendas produzindo algodão e arroz para o mercado externo e alimentos para a sua auto-subsistência, enquanto as fazendas de gado, as fazendas de mandioca e as unidades de produção camponesas produzem para o mercado interno e sua auto-subsistência. Por esta razão, parece-me importante diferenciar claramente entre o setor monetário e o setor não-monetário da economia interna, e distinguir três setores, e não apenas dois, na economia: a produção de (auto-) subsistência (setor A), a produção para o mercado interno (setor B), e a produção para a exportação (setor C).*

Portanto, condições estruturais e conjunturais levam a uma interiorização da economia maranhense, entendida pela elite regional como decadência. Trata-se de um processo que representa uma extensão da economia de subsistência até mesmo em áreas antigas de *plantation*. Caracterizado por Assunção (2000) como “caboclicização”, o referido processo é desencadeado, dentre outros fatores, pela erosão das terras, inexistência de mercado urbano suficientemente capaz de estimular a produção mercantil, falta de capital e distância dos grandes centros consumidores.

Santos e Silveira (2008), em relação à organização do território brasileiro, caracterizam o período enfocado até o momento como aquele dos tempos lentos, do império da natureza em que o Brasil “arquipélago”, formado por subespaços dotados de polos dinâmicos, de escassas relações entre si, que evoluem segundo lógicas próprias, em grande parte ditadas por suas relações com o mundo exterior (SANTOS, 1994), é essencialmente agrícola.

Do final do século XIX ao começo do século XX, com a desarticulação do sistema de *plantation*, o babaçu se destaca nas exportações do Maranhão para - depois de soerguer a economia estadual - ter sua demanda interrompida durante a I Guerra Mundial (1914-18), levando à primazia o algodão<sup>3</sup> (MALUF, 1977). Segundo Maluf (1977), verifica-se nesse período a passagem de uma agricultura mercantil para um sistema de pequenas produções com marcantes características de subsistência, interligadas ao cultivo do algodão.

No decorrer desse período, surtos de crescimento da indústria têxtil colocam o Maranhão como detentor do segundo parque industrial do Brasil (FERREIRA A, 2008). Entretanto, o atraso em relação ao sistema de produção empreendido no Centro-Sul e a concorrência com esta região levam a produção têxtil do estado à decadência (BOCLIN; DOURADO, 2008).

Os anos de 1930 constituem um marco no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois assinalam o fim da hegemonia agroexportadora e a estruturação da base produtiva urbano-industrial na economia brasileira. Em relação ao conjunto do país, neste período de transição, estabelece-se uma rede de cidades com uma hierarquia nacional. São os primórdios da precedência do urbanismo interior sobre o urbanismo de fachada; o começo da integração nacional e o início da hegemonia de São Paulo; a formação de um esboço de mercado territorial localizado no Centro-Sul (SANTOS; SILVEIRA, 2008). O período técnico, testemunho da emergência do espaço mecanizado, impõe novos usos do território. Lógicas e tempos humanos passam a se sobrepor à natureza para a industrialização se manifestar. Para Santos (1994, p. 45):

*Ao longo dessa história passamos de uma autonomia relativa e entre subespaços a uma interdependência crescente, de uma interdependência local entre sociedade regional e natureza a uma espécie de socialização capitalista territorialmente ampliada, de circuitos locais rompidos por alguns produtos e pouquíssimos produtores à existência predominante de circuitos mais amplos. O espaço se torna mais articulado às relações funcionais, e mais desarticulado quanto ao comando local das ações que nele se exercem.*

Assim, a agricultura brasileira desempenha função qualitativamente distinta dos períodos anteriores: de um lado, atende às necessidades de bens de capital e de bens intermediários de produção externa; de outro, supre as necessidades da população urbana. No tocante às relações de trabalho, especialmente no campo, surgem formas híbridas de trabalho livre, como o colonato e a meação (MESQUITA; PAULA, 2008).

Portanto, a década de 1930 marca o período de transição de um padrão de acumulação fundado na agricultura de exportação para outro, voltado à substituição de importação com ênfase na indústria. A literatura pertinente ao tema se refere à transição de um modelo liberal, agroexportador, para um urbano-industrial intervencionista, no qual planejamento e investimentos governamentais assumem papel relevante. Essa mudança de paradigma repercute intensamente na organização espacial e econômica do Brasil até os anos de 1970.



Doravante, a política econômica adotada (de cunho keynesiano) embora se direcione fundamentalmente para a industrialização e setores urbanos, indiretamente incentiva outras atividades e integra as áreas periféricas - Centro-Oeste e Nordeste - ao centro hegemônico - o Sudeste - por meio da oferta de alimentos e matéria-prima (MESQUITA, 2011). No Maranhão, essa fase se caracteriza pela desorganização das relações de produção até então existentes. O predomínio da pecuária extensiva e da agricultura familiar em grande parte do território, conformando uma agricultura camponesa, associa-se ao extrativismo e à exploração de recursos naturais.

Holanda (2008) infere que grande quantidade de migrantes procedentes do Ceará e do Piauí, entre as últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX, estabelece-se no leste do Maranhão, em pequenas propriedades, integrando o contexto acima descrito. Ayres Júnior manifesta-se a este respeito:

*Quando pensamos nos grupos humanos que formaram pequenos estabelecimentos rurais, temos que recordar que os migrantes do começo do século XX até os anos 1950 correspondem aos grupos que conseguiram se estabelecer e consolidar um povoamento normalmente não muito grande, onde a quantidade de famílias existentes permitia explorar os recursos naturais sem grande pressão, além de haver terras livres para a rotação de culturas com tempo suficiente para a recomposição da floresta (2007, p. 31).*

Dentre as implicações desta ocupação para organização do espaço, verifica-se no estado o aumento das áreas destinadas às lavouras temporárias, do arroz em especial, cujo cultivo se dá em consórcio com produtos como o milho, a mandioca e o feijão, caracterizando uma expansão da produção agrícola de subsistência em pequenas propriedades, voltada para o autoconsumo e a comercialização no mercado local e regional. Contraditoriamente, Pires (1975) apud Maluf (1977) indica neste período uma crescente participação nas vendas de arroz para estados do Centro-Sul do país.

Subordinada à lógica do capital, ao longo da sua história, a agricultura brasileira inicia seu processo de modernização nos anos de 1950, o qual não deve ser entendido como uma simples mudança da base técnica, mas a partir da expansão e generalização do modo capitalista de produção no campo e da sua participação na divisão internacional do trabalho. Isso representa a fase conclusiva do processo de substituição de importações, através da internalização de indústrias produtoras de bens de capital e de insumo modernos, cuja dinâmica converte a agricultura num ramo industrial.

Esse processo se dá de modo heterogêneo, excludente e parcial, concentrando-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e na monocultura de exportação. Ficam à

margem, o Norte e o Nordeste, onde há um predomínio de pequenos produtores dedicados à policultura voltada para a produção de alimentos para consumo local.

No bojo dessa modernização desigual o Estado consolida as principais infraestruturas estratégicas nacionais, assumindo o papel de principal artífice da construção do país, responsável pela indução de políticas concentradoras. Assim, as bases da economia, assentadas na dinâmica da acumulação, ditada pelo capital industrial entre as décadas de 1930 a 1950, passam, então, a contar com o capital internacional.

No Maranhão, com a decadência do setor têxtil nos anos de 1970, a economia do babaçu<sup>4</sup>, utilizando-se da estrutura de comercialização moldada pelo algodão, tanto beneficia latifundiários quanto pequenos produtores que praticam esta atividade tão somente como alternativa para obtenção dos meios de subsistência (AYRES JÚNIOR, 2007).

Nessa fase, transcorrem significativas mudanças a partir do progressivo estreitamento de relações da economia do Maranhão com o processo de acumulação de capitais em curso no país. De região exportadora de produtos primários nos moldes coloniais, o estado passa a fornecer alimentos para o mercado interno, desempenhando o papel de área complementar de acumulação do Sudeste.

A industrialização, concentrada até os anos de 1970, em função da oligopolização do processo de industrialização nacional, desloca capitais para as demais regiões do país (MESQUITA; PAULA, 2008). O equilíbrio regional passa a constituir a base escalar que sustenta o desenvolvimento social do país, impondo, sobre o território, um movimento de desconcentração da produção industrial que se complexifica, estendendo-se para o Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Nessa direção, o projeto de ordenação do território nacional, segundo a lógica geopolítica, volta-se para a integração nacional.

Com a intensificação do processo de modernização da agricultura brasileira e o avanço do capital em direção ao capitalismo monopolista, o Nordeste, atendendo aos ditames do processo de modernização da agricultura, vê a sua agricultura tradicional se ressentir face ao aprofundamento e generalização do modo capitalista de produção no campo. No Maranhão, os efeitos desse processo são notados a partir da incorporação do estado ao mercado nacional, tendo por lastro subsídios governamentais concedidos às grandes empresas comerciais e agropecuárias, objetivando assim modernizá-las tecnologicamente, além de propiciar a demanda de insumos do polo dinâmico do capitalismo brasileiro.

Por outro lado, dada a natureza da participação do estado no processo mais geral da economia brasileira, contraditoriamente à expansão do capitalismo no campo, são mantidas

“formas atrasadas” de produção na agricultura - notadamente na produção de alimentos básicos, como arroz, feijão, milho e mandioca e no extrativismo - as quais, de modo articulado, subordinam-se indiretamente ao capital, participando da reprodução deste, regional e nacionalmente dos seguintes modos: i) extração da renda-trabalho; ii) acumulação mercantil; iii) fornecimento de alimentos para a força urbana de trabalho, e, iv) consolidação de pré-condições para a penetração do grande capital nas áreas incorporadas pelo avanço da fronteira agrícola, conforme expõe Maluf (1977).

A esse respeito, também, posiciona-se Mesquita (s/d, p. 4):

*Nesta perspectiva, pode-se dizer que haveria várias 'agriculturas', já que podemos delimitar perfeitamente, tanto no plano organizacional do desenvolvimento das forças produtivas quanto no plano temporal e espacial de sua transformação, diferenciação ou especialização, as características de cada uma. Esquemáticamente teríamos assim uma agricultura tradicional (não capitalista) que alguns também classificam de itinerante, atrasada, subsistência, não capitalista ou simplesmente de agricultura familiar, conduzida por produtor não capitalista e direcionada à produção de alimentos básicos. E uma outra comercial, patronal, empresarial, moderna (capitalista), sob forma de monocultura especializada/mecanizada e voltada para mercados.*

Pesados investimentos em tecnologia e em ciência, conjuntamente com ações dos institutos de pesquisas e de controle rigoroso sobre o território brasileiro, modificam a base técnica da produção, adequando-a ao mercado agroindustrial. A modernização das atividades agropecuárias cria novas relações campo-cidade, antes inexistentes, tendendo a eliminar gradativamente a separação entre o campo e a cidade, o rural e urbano, unificando-os dialeticamente (OLIVEIRA, 2003).

O ordenamento regional, promovido pelo Estado brasileiro, a partir da década de 1970, a princípio no Nordeste e posteriormente no sul do Maranhão, dotando-os de aspectos infra-estruturais viabiliza a expansão territorial do grande capital naquela direção, contribuindo para a inserção desses espaços produtivos na economia nacional e global. No contexto das redes de integração espacial, através da expansão da fronteira agrícola capitalista, o espaço tende a se reorganizar gerando contradições e conflitos sócioespaciais.

## **O MARANHÃO NA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA E A DIMENSÃO TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL**

Com o fortalecimento da modernização da agricultura, entre os anos 1960-70, as alterações no modo de produzir e de organizar a produção agrícola (re)organizam o espaço

geográfico, adequando-o às novas condições de produção, determinadas, em geral, pelos interesses do Estado e dos grupos econômicos capitalistas. Observa-se, então, um processo de especialização da agricultura em escala nacional, em que até mesmo culturas presentes em economias familiares são consideradas típicas de uma agricultura comercial. Desse modo, impulsionada por uma política de créditos facilitados e pelo desenvolvimento urbano-industrial, a agricultura brasileira responde às demandas da economia alterando profundamente sua base produtiva.

No que se refere à adoção de políticas públicas, a nação guia-se neste período por uma orientação intervencionista ao formular diretrizes econômicas na perspectiva de viabilizar o capitalismo industrial e financeiro (LOW-BERR, 2002). Nesse sentido, Mesquita e Paula (2008) advogam que a meta principal de órgãos, como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para o Maranhão, é acelerar a absorção de grandes áreas devolutas por grandes empresas agropecuárias.

Políticas e instrumentos de intensas transformações, como a Política de Crédito Rural e a de Preço Mínimo, são efetivadas apresentando resultados pontuais, restritos à pecuária de corte, ao arroz irrigado e aos setores da agroindústria, como o de beneficiamento de óleos vegetais e de madeira. Entretanto, as desigualdades regionais são reforçadas à medida que a política macroeconômica do Estado brasileiro beneficia áreas dinâmicas da economia nas regiões Sul e Sudeste e esmaece o Norte e o Nordeste, imputando-lhes a função de complementaridade destas em relação àquelas.

A partir da década de 1970, programas, projetos e ações são implantados no estado do Maranhão, objetivando sua ordenação territorial, como o Projeto Fundiário de Bacabal, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), a criação das Unidades de Conservação, a demarcação de Terras Indígenas, a implantação do centro de Lançamento de Alcântara e o Programa de Desenvolvimento Integrado da Amazônia Oriental. A exposição a seguir, acerca de alguns desses projetos dá-se em conformidade com Ferreira A (2008) e Mota (2011).

Do POLONORDESTE, instituído em 1974, dentro da política regional do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), são desdobrados projetos de desenvolvimento rural que contam com o apoio da Secretaria de Agricultura do Maranhão, responsável pela criação de órgãos – como a Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (EMAPA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Maranhão (EMATER) - para atuar de forma regionalizada nos campos

da pesquisa, assistência técnica, extensão e defesa da agropecuária. Assim, são implantados o Projeto de Desenvolvimento Rural do Baixo Parnaíba, o Projeto de Desenvolvimento Rural do Médio Vale do Mearim e o Projeto de Desenvolvimento Rural da Baixada Ocidental, com a finalidade de provocar, nas áreas rurais, mudanças substanciais capazes de permitir aos pequenos e médios produtores promoção socioeconômica e cultural de modo permanente, exploração eficiente dos produtos agrícolas e pecuários e aperfeiçoamento da infraestrutura básica local.

Nesse período, imigrantes, procedentes do sul do país, são atraídos em direção aos cerrados do Centro-Oeste e do sul do Maranhão em função do baixo preço das terras e dos incentivos fiscais oferecidos pelos programas, como o já referido POLONORDESTE, além do Programa de Redistribuição de Terras e Incentivo à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA), do Projeto Sertanejo, e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER III), os quais, dentre outras metas, visam a estimular a expansão do capital no campo através do avanço das fronteiras agrícolas em direção a essas áreas.

*(...) o amplo universo abrangido pelas políticas públicas na região nordeste (sic) e, numa menor escala, no Maranhão, remetem à reflexão sobre os mecanismos acionados pelo Estado no sentido de expandir a fronteira econômica das áreas ainda consideradas periféricas ao capital, dotando-as de condições mínimas necessárias às suas inserções no espaço global (FERREIRA, 2009, p. 100).*

As pequenas propriedades, anteriormente utilizadas para a prática da pecuária, do extrativismo e do cultivo do arroz cedem lugar à lógica do processo de interiorização do capitalismo no Brasil, através da expansão da fronteira agrícola. O cultivo da soja, exigente de produção em larga escala, restrito até os anos de 1970 às regiões Sul e Sudeste do país, sobrepõe-se às atividades até então tradicionais no Nordeste.

Nesse contexto, são instalados grandes projetos e desenvolvidos vários programas nas áreas de cerrado, cuja estruturação da produção se volta para o mercado externo. Em sua terceira versão, o PRODECER, que também abrange terras do estado do Tocantins, é executado na Região dos Gerais de Balsas. No município de Balsas, a instalação do programa dispõe de linhas de créditos e favorecimento econômico por parte das esferas federal, estadual e municipal, além de infraestrutura para o escoamento da produção.

*Modernas tecnologias espaciais foram desenvolvidas pelo poder estatal que se impôs no espaço nacional através de uma poderosa malha de controle técnico e político, tendo como*

*instrumentos viabilizadores os programas e projetos governamentais. Ela se concretizou principalmente: a) na extensão de todos os tipos de redes – viária, urbana, de comunicação, de informação, institucional, bancária etc.; b) na criação de novos territórios superpostos à divisão político-administrativa vigente, geridos por instituições estatais, para as quais foram canalizados os investimentos (BECKER; EGLER, 2003, apud FERREIRA, 2009, p. 2).*

O Maranhão se torna um espaço com vantagens locais, conformando territórios de negócios em que a industrialização periférica, de acordo com os interesses capitalistas, destitui dos seus direitos elementares aqueles segmentos populacionais, entre os quais, agricultores familiares de base camponesa, ribeirinhos, extrativistas e indígenas, que ocupam os territórios de vida. “E o Estado funcionou como promotor desse processo de geração de riquezas. Desde a década de 1970, os governos estaduais no Maranhão vêm possibilitando que os recursos naturais sejam apropriados por grupos privados usando como justificativa a retórica do desenvolvimento” (NASCIMENTO, 2012, p. 2).

O GETAT, implementado em 1980, tem as incumbências de promover a regularização fundiária no sudeste do Pará, oeste do Maranhão e norte de Goiás, assegurando a ocupação da área através da política de incentivos e empreendimentos agropecuários propiciados pela SUDAM e de implantar o Projeto Carajás. No estado maranhense, esse programa abrange uma área de 5.971.272 ha e incorpora os projetos Fundiários de Imperatriz, Açailândia e Carolina, contudo, não provoca mudanças na estrutura fundiária dessas áreas.

Quanto ao Programa de Desenvolvimento Integrado da Amazônia Oriental, política regional derivada do II PND, destaca-se o Programa Grande Carajás (de 1982), implantado pela então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com o objetivo de desenvolver projetos direcionados à mineração, metalurgia, agropecuária e reflorestamento.

No Maranhão, o referido programa é responsável pelos empreendimentos do Projeto Ferro Carajás e do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR). O primeiro traz como saldo a Estrada de Ferro Carajás, que possibilita a articulação do sul do Maranhão e do polo guseiro de Açailândia/Imperatriz/Santa Inês com as áreas produtoras de grãos do Centro-Oeste do país, conformando-se um corredor de exportação. O segundo, resultado da fusão da Alcoa do Brasil – filial da *Aluminium Company of America*, dos Estados Unidos – com a *Billington Metals S. A.*, sediada na Inglaterra, embora coloque o Maranhão num processo de industrialização definitivo, em escala multinacional, desencadeia efeitos negativos, como poluição e a desvalorização de mão de obra local.

Desses dois empreendimentos resultam transformações na paisagem regional com os desmatamentos às margens da Estrada de Ferro Carajás - graças à valorização das terras, exploração predatória de madeira e instalação de projetos agropecuários - e na organização do espaço devido ao número de municipalidades que surgem a partir de 1981 totalizando quatorze<sup>5</sup> beneficiados pelo projeto.

*A multiplicidade de impactos desse Programa no espaço regional nordestino se traduz em significativas transformações sócio-econômicas. Ressalve-se, a propósito, o expressivo contingente de população itinerante atraído por novas oportunidades de trabalho geradas por grandes projetos, como o Carajás. O volume de recursos financeiros, técnicos e humanos mobilizados por programas dessa natureza repercute intensamente sobre a economia local e regional, redefinindo padrões de comportamento, para além dos limites das relações eminentemente econômicas. Pelo fato de figurarem como atrativo para o qual convergem detentores do capital e mão-de-obra especializada ou não, tais empreendimentos podem se transformar em pólos de desenvolvimento, quando não se firmam como enclaves (ARAÚJO, 2005, p. 11).*

A “modernização da agricultura” nessas áreas, além de modificar as relações no processo produtivo, reestrutura a configuração do espaço das cidades a partir da aceleração do processo de urbanização e do crescimento populacional. Novas relações campo-cidade são desencadeadas em função do consumo produtivo que se sobrepõe ao consumo consumptivo e novos arranjos espaciais advindos do novo padrão de produção agrícola desencadeiam o surgimento de novos arranjos territoriais produtivos.

Transformações estruturais – econômicas, sociais, políticas e territoriais - decorrentes do desenvolvimento dos projetos mencionados reestruturam a cadeia produtiva da região e impõem nova dinâmica à relação campo-cidade a partir da territorialização do capital. No quadro urbano, processam-se outros reflexos das políticas de ordenamento territorial empreendidas no Maranhão, entre eles, a atração de populações do campo para as cidades, em decorrência da oferta de empregos e da desapropriação de posseiros, demandando a estruturação de nova rede urbana, cuja organização privilegia cidades interioranas como Caxias, Imperatriz, Santa Inês e Bacabal.

A geração de divisas possibilita a instituição de distritos industriais - entre os quais se destacam São Luís, Imperatriz e Balsas - e conseqüente ampliação de problemas relacionados à posse e uso do solo, além daqueles de ordem ambiental.

Com o fortalecimento do *agribusiness* nos anos 1980-90, a soja se expande em direção às microrregiões do Baixo Parnaíba e de Chapadinha, proporcionando cada vez mais, além da

incorporação de novas áreas, alterações em relação à força do trabalho familiar à medida que avança sobre áreas antes ocupadas pela pecuária e pelas culturas tradicionais (MESQUITA, s/d). Nesse contexto, o pequeno produtor é alijado das políticas de desenvolvimento rural, cuja seletividade socioespacial historicamente prioriza os latifúndios em detrimento das pequenas propriedades, como destaca Nascimento (2012, p. 2):

*A expansão de monoculturas no Maranhão acentua as desigualdades no campo como produto histórico de opção de desenvolvimento realizado pelas elites governamentais. Dessa forma, é importante compreender que a industrialização periférica no campo maranhense, realizada ao longo dos últimos quarenta anos, não pode ser compreendida como um processo que se impõe de fora para dentro, ou seja, à revelia dos interesses das elites locais. Ao contrário, os interesses dos representantes de tais elites se articulam aos interesses dos capitalistas que usam as matérias-primas do estado para uma 'nova acumulação do capital'.*

Admitidas essas transformações, como defende Mesquita [s/d], diferenciações na agricultura do Maranhão são identificadas, tanto no plano organizacional do desenvolvimento das forças produtivas, quanto no plano temporal e espacial. De um lado, desenvolve-se uma agricultura empresarial, moderna, direcionada a mercados específicos, e de outro, permanece uma agricultura de subsistência, itinerante, voltada para a produção de alimentos básicos. No primeiro caso, como vem ocorrendo na Microrregião dos Gerais de Balsas, desde as décadas de 1980-90, as culturas alimentares cedem áreas para diferentes atividades, como a pecuária e as lavouras comerciais, provocando queda na produção de alimentos. O que ocorre nas Mesorregiões Leste (de 1950 a 1980) e Centro (de 1960 a 1980) exemplifica o segundo caso: há uma expansão na área ocupada pela lavoura temporária, notadamente do arroz, desencadeada pelo grande fluxo migratório de nordestinos que avança em direção ao oeste do estado. Da segunda metade dos anos 1980 ao começo dos anos 1990, registra-se uma queda na referida produção, motivada pela ausência de políticas voltadas para esse setor, o que permanece nos anos iniciais do século XXI.

A forma desigual como o capital se manifesta no território reflete a intensidade de sua atuação. Para Botelho (2001, p. 19):

*(...) o capital se manifesta no território maranhense de forma desigual e combinada, toma-se como ponto de partida os grandes projetos tanto minero-metalúrgicos, como agropecuários, que reúnem grandes cifras. Trata-se de investimentos pontuais que concentram grande parte da produção do estado, que geram poucos postos de trabalho e ainda desarticulam o que havia antes, com a produção do babaçu, arroz e de uma agricultura camponesa.*



Com a consolidação do processo de modernização da agricultura no Maranhão, de modo semelhante a outros estados brasileiros, o espaço rural se redefine, caracterizando-se um “novo rural” dotado de novas funções e novo conteúdo social. Santos e Silveira (2008, p. 118) apontam que “inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra”. Dada a heterogeneidade das transformações no campo, em muitas partes do estado o campo não acolhe o capital, observando-se baixa rentabilidade das atividades agropecuárias. Com isso, programas voltados para a complementação da renda familiar, como o Bolsa Família e a aposentadoria, garantem a sustentação das estratégias familiares de sobrevivência, especialmente de agricultores familiares e concorrem para a emergência de novas ruralidades nessas áreas (ABRAMOVAY et al., 2003; DELGADO; CARDOSO JÚNIOR, 1999; HESPANHOL, 2007).

Na década de 1990, rompe-se o paradigma que dá sustentação ao nacional-desenvolvimentismo, iniciado nos anos de 1930 no Brasil. A geopolítica que tem como metas a equalização e o crescimento econômico, a superação das disparidades regionais e a promoção do bem-estar social sucumbe frente às transformações do sistema capitalista como um todo. São traçadas as linhas que inspiram ações visando às reestruturações econômicas e territoriais e conduzem o país a reatualizar suas políticas externas e internas e a requalificar suas opções e necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento.

Assim, a partir da referida década, a intervenção por parte do Estado se faz com base em diretrizes que agregam novos conteúdos e elementos. Novos papéis são atribuídos à agricultura e ao meio rural, com destaque para a geração de emprego e a preservação ambiental. Em atendimento às demandas internas e externas são implementadas políticas setoriais direcionadas para a pequena produção, destacando-se a Previdência Social - instituída desde 1971, através do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL) - e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996 (DENARDI, 2001).

Considera-se que o surgimento do PRONAF representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação aos agricultores, designados, até então, pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

*Ainda nos anos 1990, ocorreram mudanças importantes na maneira de se entender o campo, pois passaram a ser consideradas, pelo menos em tese, as especificidades locais/regionais na formação de políticas públicas. Com isto, se procurou favorecer a representação de atores sociais por meio das suas formas de organização coletiva na elaboração e na implementação de políticas voltadas ao meio rural (HESPANHOL, 2007, p.275).*

Com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) em 2003, as políticas de desenvolvimento rural são reorientadas. Rückert (2003) reconhece a flexibilização do Estado brasileiro em direção aos novos usos políticos do território e às novas formas e conteúdos territoriais. Nesse sentido é que tem início, no referido ano, a elaboração da Política Nacional de Ordenamento Territorial.

A dimensão territorial do desenvolvimento rural se expressa na construção de um projeto de desenvolvimento de base territorial através da SDT. Em função desta secretaria, a Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário no Maranhão define cinco territórios rurais: Baixo Parnaíba, Lençóis Maranhenses, Vale do Itapecuru, Cocais e Baixada Ocidental (FERREIRAA, 2008). De acordo com Ferreira A (2008, p. 200):

*(...) a dinamização das economias territoriais está priorizando os eixos da mandiocultura, apicultura, educação do campo, fruticultura, recursos naturais, fortalecimento das redes, avicultura, piscicultura, pesca artesanal, artesanato, suinocultura, comercialização, caprinocultura, extrativismo, ações fundiárias e horticultura, de maneira que entre 2003 e 2006 a SDT/MDA implantou 128 projetos no Maranhão, os quais consumiram R\$ 15.243.120,00.*

Em relação aos territórios rurais, Cazella, Mattei e Schneider (2004) advogam que a SDT, responsável pela gestão do PRONAF Infra-Estrutura - uma das linhas de atuação do programa - associa esta modalidade à noção de desenvolvimento territorial. Nessa perspectiva critérios multidimensionais se relacionam interna e externamente através de processos específicos, sendo possível o reconhecimento de elementos indicadores de identidade, coesão social, cultural e territorial.

Sem desconsiderar a importante significação da linha de crédito do PRONAF, como mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável do meio rural, mesmo promovendo a inclusão de agricultores familiares no programa, a *práxis* revela a não distribuição espacial equitativa dos recursos investidos no financiamento da produção. Prova disso é o desequilíbrio no volume de recursos destinados às regiões Sul e Nordeste, sendo maior na primeira, embora a segunda concentre cerca de 50% dos estabelecimentos familiares do país. Outro paradoxo consiste no perfil dos agricultores das regiões brasileiras: enquanto a região Sul concentra o crédito nos grupos de rendas mais elevadas, na região Nordeste, apesar de ter maior desconcentração do crédito, as participações mais expressivas estão nos grupos de menores rendas (SOUSA; VALENTE JÚNIOR, 2006).

Azevedo *et al* (2012) reconhecem, ainda, que a pequena participação de representantes dos governos estadual e municipal e de outros órgãos do próprio governo federal constituem grande entrave na política territorial uma vez que se propõe interação entre esses poderes, objetivando assim uma sinergia para otimização de recursos públicos, porém não há uma ação conjunta desses entes.

Desde 2003, a SDT executa a ação orçamentária Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços (PROINF) em parceria com os colegiados territoriais, que são os responsáveis pela definição dos eixos estratégicos para o desenvolvimento rural sustentável dos territórios, priorizando projetos que atendam às demandas de investimento e custeio de modo a contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar nesses espaços (AZEVEDO *et al*, 2012).

A referida ação compõe o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), criado pelo MDA em 2004, tendo por finalidade financiar os projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). As demandas são traduzidas em propostas técnicas que podem receber apoio para aquisição de recursos voltados para investimento em obras, máquinas, equipamentos e outros bens necessários ao fortalecimento da agricultura familiar, além de recursos de custeio que possam fortalecer os processos de organização e de capacitação dos grupos de beneficiários, organizações e demais agentes de desenvolvimento territorial. O foco das ações se volta para: i) dinâmica econômica dos territórios; ii) fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação; iii) formação de agentes de desenvolvimento, e iv) estímulo a uma maior articulação das políticas públicas nos territórios (SDT, 2011 *apud* AZEVEDO *et al*, 2012).

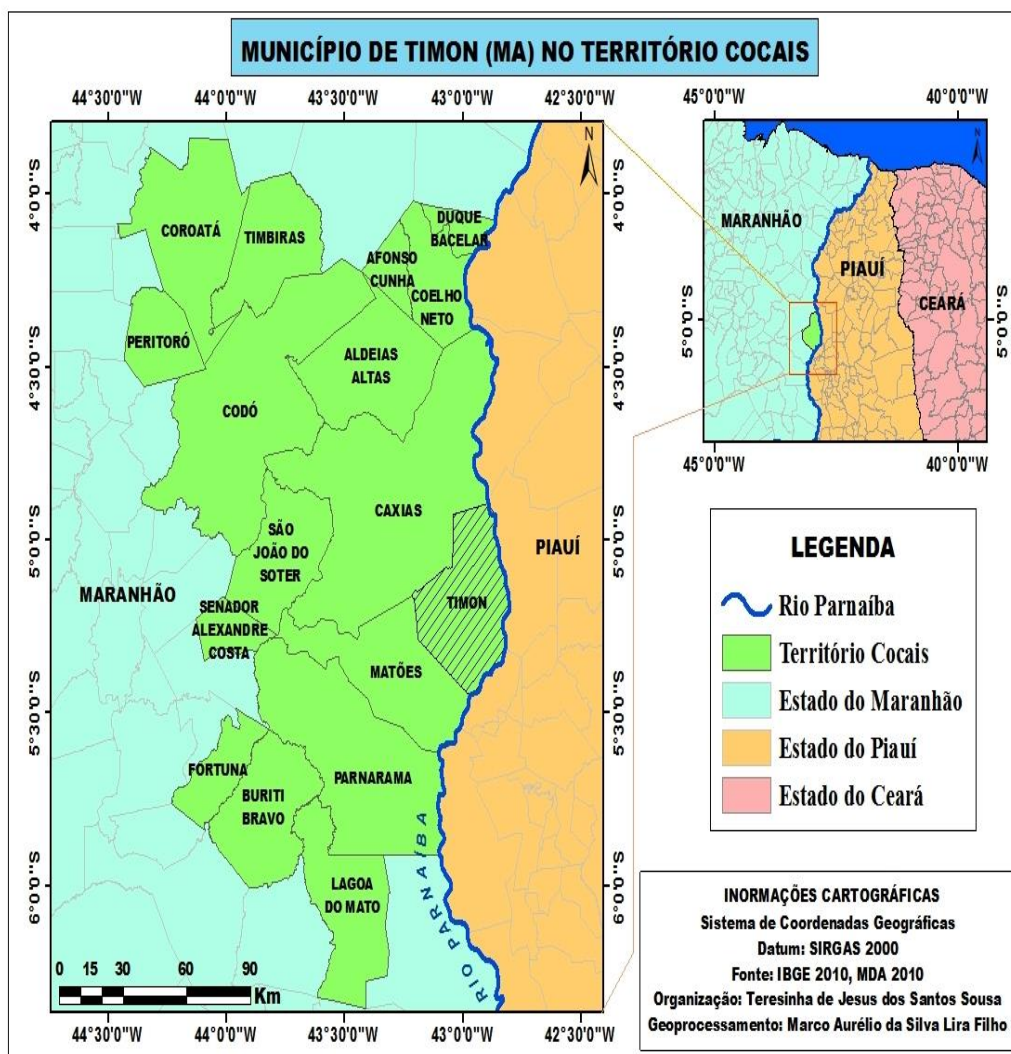
Para atuar no Território Cocais, no Maranhão, (ver mapa a seguir) o PRONAT organiza uma Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT), a qual estabelece a composição do referido Território: Afonso Cunha, Aldeias Altas, Buriti Bravo, Caxias, Coelho Neto, Duque Barcelar, Fortuna, Lagoa do Mato, Matões, Parnarama, São João do Sóter e Timon. Posteriormente são incluídos os municípios de Codó, Coroatá, Senador Alexandre Costa, Timbiras e Peritoró. Em sua maioria, esses municípios são instalados no século XX, exceto Caxias, Parnarama e Timon, ocupados ainda no século XIX (MDA, 2010).

Em conformidade com o Ministério do Desenvolvimento Agrário os municípios que compõem o Território Cocais, ao longo da história vêm sofrendo vários impactos com os projetos que têm por base os monocultivos – soja, eucalipto, bambu, cana de açúcar – dos quais

decorrem reconcentração fundiária e substituição de áreas agricultáveis, ocasionando o comprometimento da agricultura familiar e a insustentabilidade ambiental (MDA, 2010).

Com respaldo em Hespanhol (2007), compreende-se que as ações do governo federal na promoção do desenvolvimento dos chamados territórios rurais ainda têm sido inexpressivas. O país carece de um programa de desenvolvimento do campo que seja efetivo; claro quanto aos objetivos, ao período de execução, ao montante e à fonte de recursos necessários para sua execução, às metas a serem atingidas e aos órgãos e autoridades responsáveis por sua implementação.

A sociedade precisa observar atentamente a articulação existente entre Estado, governos, empresas estatais e privadas em torno dos programas, projetos e políticas que se instalam nos estados e regiões de modo a evitar que essa articulação se reconfigure conjuntamente de acordo com os interesses da acumulação de capital.



## NOTAS FINAIS

Tendo em vista o período em foco neste estudo, é possível pontuar algumas considerações acerca da trajetória da agricultura no Maranhão e dos reflexos dessa atividade na organização espacial do estado:

- i) Do início da sua formação às primeiras décadas do século XX, a organização espacial do Maranhão é direcionada pelas atividades agropecuárias, destacando-se sobremaneira a cotonicultura. A agricultura moldada aos interesses mercantilistas, impostos pela coroa portuguesa, volta-se para o mercado externo. Nesse período, o estado se insere de modo marginal, tanto na divisão internacional do trabalho, como na divisão interna do trabalho;
- ii) Após a desagregação das atividades agroexportadoras, em fins do século XIX e início do século XX, a manutenção da agricultura maranhense em grandes propriedades mostra-se inviável. A partir dos anos de 1930, com a estruturação da base produtiva urbano-industrial na economia brasileira, tem início o progressivo estreitamento do estado do Maranhão com outros complexos regionais, rumo à integração nacional.
- iii) Por volta dos anos 50 do século XX, alterações na organização espacial do estado são verificadas, com a abertura de novas frentes de expansão, parcelamento de grandes lavouras e penetração de pequenos lavradores no interior do território, dedicando-se ao cultivo de lavouras temporárias, especialmente do arroz, produto que tem como destino o mercado interno. O Maranhão, outrora abastecedor do mercado externo, passa a fornecer alimentos para o mercado interno, contudo esta inserção na divisão interna do trabalho não esconde a incapacidade do estado de estruturar grandes explorações agrícolas com utilização do trabalho livre, tampouco o baixo ritmo de acumulação de capital no contexto da economia nacional;
- iv) A modernização da agricultura no Maranhão, entre os anos 1970-80, de modo pontual e concentrado, tem por lastro subsídios governamentais e a implementação de uma infraestrutura espacial que resulta na reorganização produtiva do seu espaço. Restringindo-se a poucos setores da agropecuária, a estrutura econômica do estado é redimensionada, atribuindo-se a ela novas funções na divisão territorial do trabalho agrícola. A dinâmica territorial consequente desse processo, frente à globalização econômica, oportuniza o surgimento de áreas funcionais ao agronegócio.
- v) As refuncionalizações urbanas inerentes ao processo exposto acima, voltam-se às demandas de produção e de logística do campo. Intensificam-se as desigualdades sociais

no que se refere à marginalização de grupos sociais rurais e consequente migração destes para as cidades, as quais, por outro lado, atraem população graças à dinamização econômica promovida pelo agronegócio. Assim, novas relações campo-cidade são estabelecidas, propiciando o desenvolvimento de novas relações de trabalho. Nessa realidade, sobressai-se, principalmente, o cultivo da soja em detrimento das culturas tradicionais;

vi) A modernização da agricultura maranhense, de modo semelhante ao que ocorre em outros estados brasileiros, conduz a uma redefinição do espaço rural. Conforma-se um “novo rural”, cujas funções e conteúdos sociais condizem com novo uso do tempo e da terra. Nessa perspectiva e tendo em vista a heterogeneidade de transformações observadas no campo, a renda advinda das aposentadorias rurais e do Programa Bolsa-Família, em muito contribuem para o sustento das famílias de trabalhadores rurais, sobremaneira, dos agricultores familiares.

vii) São notórias as consequências das novas territorialidades relacionadas ao agronegócio no estado do Maranhão, em espacial, nas microrregiões dos Gerais de Balsas, Baixo Parnaíba e Chapadinha. Nessas áreas, ao tempo em que a criação de novas horizontalidades e verticalidades e a articulação da escala local com a planetária expandem a territorialização do capital no campo, também, acentuam as desigualdades sociais e territoriais e criam novas desigualdades;

viii) A expansão do capitalismo no campo ocorre de modo contraditório: por um lado, o trabalho assalariado tende a se generalizar; por outro, a complexidade do desenvolvimento desigual e combinado, característico do referido sistema, explica a reprodução das relações de produção não capitalistas no campo;

ix) No Maranhão, como no restante da nação, somente a partir de 1990, com a intervenção por parte do Estado, tendo por base diretrizes que agregam novos conteúdos e elementos às políticas públicas, voltadas para o setor agrícola, particularmente, para os pequenos agricultores, vislumbra-se a perspectiva da efetivação de projetos que valorizem os novos usos políticos dos territórios, sendo, então, viabilizadas políticas setoriais direcionadas para a pequena produção.

Do exposto, depreende-se que a agricultura consiste numa atividade de relevância no processo de organização do espaço maranhense desde os primórdios de sua ocupação. A trajetória dessa atividade define a posição do Maranhão na divisão internacional, territorial e social do trabalho, em diferentes momentos de sua formação histórico-econômica. No contexto

da modernização da agricultura brasileira, com a expansão da fronteira agrícola tendo por base a infraestrutura e o apoio logístico proporcionados pelo Estado, especialmente em direção às áreas de cerrado, a agricultura empresarial absorve áreas antes ocupadas pela agricultura tradicional, desarticulando-a. Assim, reorganiza o espaço a partir da fragmentação de pequenas propriedades, favorece o surgimento de novas cidades e a refuncionalização dos espaços urbanos já existentes e desencadeia novas territorialidades no campo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil, In: Department Four International Developmet – CEPAL. **Pobreza e mercados no Brasil**. Brasília, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2007.

ASSUNÇÃO, M. R. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. N° 14, p. 32-71, 2000. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/index.php?cA=db&aI=153&vT=da&vA=142>. Acesso em 02 de nov. de 2012.

AYRES JÚNIOR J. C. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim maranhense**, 2007. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89908>. Acesso em 21 de nov. de 2012.

ARAÚJO, M. L. C. de. et al. **Urbanização Recente na Região Nordeste: dinâmica e perfil da rede urbana**. 2005. Disponível em: [http://www.159on.fundaj.gov.br/159onse.php?option=com\\_content&view=arti-58k](http://www.159on.fundaj.gov.br/159onse.php?option=com_content&view=arti-58k). Acesso em 02 dez. 2012.

AZEVEDO, J. R. de. *et al* **Política Pública Territorial: o caso do Pronaf Infraestrutura no território Baixo Parnaíba – MA**, 2012. Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Política Pública>. Acesso em 10 de dez de 2012.

BOCLIN, J. R.; DOURADO, J. R. **A indústria no Maranhão: um novo ciclo**. Brasília: IEL, 2008. Disponível em: <http://www.iel.org.br/portal/main.jsp?lumPageId=4028FBE51C243B77011>. Acesso em 14 de fev. de 2012.

BOTELHO, R. E. P. *et al*. **Desenvolvimento desigual da modernização capitalista no território maranhense: teoria discursiva, (re)arranjos produtivos e conflitos socioambientais**, 2001. Disponível em: [http://www.slideshare.net/ajr\\_tyler/ocupao-das-terras-do-maranho-ao](http://www.slideshare.net/ajr_tyler/ocupao-das-terras-do-maranho-ao). Acesso em 01 de dez. de 2012.

CAZELLA, A. A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: MARQUES, P. E. M.; SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; (orgs). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: [http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico\\_pronaf.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/schneider/historico_pronaf.pdf). Acesso em 07 de dez. de 2012.

DELGADO, G; CARDOSO JR., J. C. **Principais Resultados da Pesquisa domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil**. Brasília: IPEA, 1999.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, V. 2 N. 3. 2001. Disponível em: [http://www.emater.tcche.br/docs/agroeco/revista/ano2\\_n3/revista\\_agroecologia\\_ano2\\_num3\\_parte12\\_artigo.pdf](http://www.emater.tcche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf).> Acesso em 13 nov 2012.

FERREIRA, A. J. de A. Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11082009-14193>. Acesso em 13 de jul. de 2012.

FERREIRA M, G. R. **Estruturação do espaço sul maranhense visando a expansão da fronteira do capital. 2009. DISPONÍVEL EM:**  
<[HTTP://WWW.egal2009.easyplanners.info/area06/6351\\_Ferreira\\_Maria\\_da\\_Glo](HTTP://WWW.egal2009.easyplanners.info/area06/6351_Ferreira_Maria_da_Glo)>. Acesso em 11 set. 2012.

\_\_\_\_\_. **A Dinâmica da Expansão da Soja e as Novas Formas de Organização do Espaço na Região de Balsas – MA**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.ppgg.igeo.ufrj.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=638&Itemid=49](http://www.ppgg.igeo.ufrj.br/index.php?option=com_content&task=view&id=638&Itemid=49). Acesso em 24 de jul. de 2012.

GONÇALVES, M. F. P. et al. **Ocupação das terras do maranhão ao longo do século XX e a injeção do grande capital internacional: “modernização” capitalista do campo e os conflitos agrários**, 2011. Disponível em: [http://www.slideshare.net/ajr\\_tyler/ocupao-das-terras-do-maranho-ao](http://www.slideshare.net/ajr_tyler/ocupao-das-terras-do-maranho-ao). Acesso em 01 de dez. de 2012.

HESPANHOL, Antonio N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, Marta I. M.; SUZUKY, Júlio C. (orgs). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HOLANDA, Felipe de. Dinâmica da economia maranhense nos últimos 25 anos. São Luís: IMESC, 2008. Disponível em: <http://www.imesc.ma.gov.br/>. Acesso em 09 de jan. de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default>. Acesso em 02 de jun. de 2012.

LOW-BEER, Jaqueline. O estado e as políticas públicas: uma revisão histórica (1950 a 1997). **Espaço & geografia**. Vol5, Nº 2, 2002. Disponível em:



<http://www.red.unb.br/index.php/geografia/article/viewPDFInterstitial/.../2801>. Acesso em 20 de jun. de 2011.

MALUF, R. S. **A expansão do capitalismo no campo: o arroz no Maranhão**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1977.

MESQUITA, B. A. de. **Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão, 2011**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo3>. Acesso em 20 de nov. de 2012.

\_\_\_\_\_. **Maranhão: dinâmica e estagnação do setor agrícola [s/d]**. Disponível em [www.agenciaprodetec.com.br/prosa-a-verbo/185-maranhao-dinami](http://www.agenciaprodetec.com.br/prosa-a-verbo/185-maranhao-dinami) - 95k Acesso em 12 de nov. de 2012.

\_\_\_\_\_. PAULA, R. A.Z. de. **A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do Estado do Maranhão - 1970/2008, 2008**. Disponível em: <http://www.bancodonordeste.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbn>. Acesso em 10 de nov. de 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Território Cocais, 2010**. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio034.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio034.pdf). Acesso em 03 de mar. de 2012.

MOTA, F. L. **O rural e o urbano na cidade de Balsas (Ma): transformações socioespaciais no pós 1980, 2011**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia.

NASCIMENTO, S. M. V. **Territórios de negócios e territórios de vida: mulheres recriando o cerrado no Município de Brejo no Maranhão, 2012**. Disponível em [www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-249-78-201207](http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-249-78-201207). Acesso em 04 de jan. de 2013.

OLIVEIRA, A. Umbelino de. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. In: ROSS, Jurandyr L. S. (org). **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RÜCKERT, A. A. O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pnot.asp>. Acesso em 04 nov 2012.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUSA, J. M. P.; VALENTE JÚNIOR, A. S. **Análise das liberações dos recursos do pronaf** – descentralização das aplicações do crédito rural? 2006. Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoPDF.aspx?cd\\_artigo=1](http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoPDF.aspx?cd_artigo=1). Acesso em 20 de nov. de 2012.

VAINSENER, Semira Adler. Babaçu. **Pesquisa Escolar Online**. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2008. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov>. Acesso em 20 de nov. de 2012.